

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

GAOM

18.10.2019

ASSUNTO: Proposta n.º 815-P/2019

«Aprovar a fixação de taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis – (IMI)»

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 25.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal à proposta acima identificada, aprovada na reunião de Câmara realizada a 18 de outubro de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Basílio Horta



CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

6

Nos termos do Art.º 57.º, n.º 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 18-10-2019**.

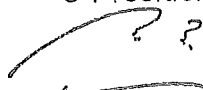
Proposta nº 815-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

*Aprovada por maioria com a intervenção
do Sr. Vereador da Coligação "Juntos
Pela Sintra".*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 18 de outubro de 2019.

O Presidente



Basílio Horta

O Coordenador Técnico



Vitor Castro



3M 62479



PROPOSTA N.º ⁸¹⁵ - P/2019

Considerando que:

De acordo com o art. 1º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, com as alterações vigentes, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor tributável dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se encontram;

Cabe aos municípios, de acordo com o estabelecido nos nºs 5 a 9 do art. 112º do CIMI, definir anualmente a taxa deste imposto, aplicável aos prédios urbanos entre os limites constantes na alínea c) do nº 1 do supramencionado artigo (0,3% a 0,45%), bem como estabelecer coeficientes de majoração ou minoração em situações particulares, e comunicar a decisão da Assembleia Municipal à Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de dezembro;

De acordo com a alínea a) do nº 1 do art.º 112º do CIMI a taxa a aplicar aos prédios rústicos é de 0,8%;

O IMI apresenta-se como a principal receita própria, pelo que a sua estimativa é fundamental para o apuramento da receita municipal efetiva, e consequentemente para a elaboração do orçamento municipal;

Reunião de

18 OUT. 2019

Doctº Agendado com o
Nº 6

Considerando, ainda, que:

A falta da manutenção e forte deterioração do parque edificado prejudica ou impossibilita a capacidade dos imóveis em desempenhar as funções sociais para as quais foram erigidos, ou funções que possam vir a acolher em operações de regeneração, contribuindo para a desvalorização do valor patrimonial dos próprios imóveis, com implicações negativas nas áreas envolventes.

O Código do Imposto sobre os Imóveis define instrumentos penalizadores da deterioração dos imóveis, nomeadamente os em ruína, devolutos e degradados, em que o Município pode aplicar o agravamento da taxa de IMI nas seguintes condições:

- “são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio; e prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas” (n.º 3, art.º 112º do CIMI com a redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro);
- “majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens” (n.º 8, art.º 112º do CIMI).

Reunião de
18 OUT, 2019
Docº Agendado com o
Nº 6

O CIMI e o Estatutos dos Benefícios Fiscais (EBF) definem, igualmente, a possibilidade de conceder minorações/isenções desta taxa de imposto. Assim, foram contempladas minorações, no âmbito deste imposto, a aplicar às reabilitações efetuadas nas áreas territoriais de reabilitação urbana (ARU's) aprovadas pelo Município e que constam dos respetivos programas estratégicos. Para as restantes ações de reabilitação urbana aplica-se o previsto no EBF.

Define, ainda, o EBF a possibilidade dos Municípios deliberarem sobre a redução até 25% da taxa de imposto a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética.

A adesão de Sintra ao Pacto dos Autarcas afirma o compromisso na redução de emissões de CO2, sendo o parque edificado o principal fator de tais emissões, pelo que importa incentivar o investimento privado na melhoria dos edifícios, visando a respetiva subida da classe energética.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere aprovar, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações vigentes:

Submeter à Assembleia Municipal a presente proposta para que este órgão deliberativo, de acordo com o n.º 1 do art.º 112º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), com as alterações vigentes, fixe as seguintes taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), por referência ao valor patrimonial de 2019 e com efeitos na cobrança de 2020:

Reunião de

18 OUT. 2019

Docº Agendado com o
Nº 6

O Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto republicado pelo Decreto-Lei n.º 67/2019 de 21 de maio procede ao agravamento do imposto municipal sobre imóveis relativamente a prédios devolutos em zonas de pressão urbanística. O mesmo diploma considera como «'zona de pressão urbanística' aquela em que se verifique dificuldade significativa de acesso à habitação, por haver escassez ou desadequação da oferta habitacional face às necessidades existentes ou por essa oferta ser a valores superiores aos suportáveis pela generalidade dos agregados familiares sem que estes entrem em sobrecarga de gastos habitacionais face aos seus rendimentos», tem validade de cinco anos e a sua delimitação é da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, publicada na 2.ª série do Diário da República e divulgada no sítio na Internet do município.

A delimitação em concreto de uma zona de pressão urbanística fundamenta-se na análise conjugada de séries temporais de indicadores relativos aos preços do mercado habitacional, aos rendimentos das famílias ou às carências habitacionais, incluindo a caracterização do parque, a selecionar de entre os constantes em anexo ao referido decreto-lei, com base nas dinâmicas sociais, demográficas, habitacionais e de mercado em presença no território específico. Verifica-se contudo, que os indicadores estabelecidos no diploma apresentam significativas diferenças de desagregação de informação, quer em termos alfanuméricos quer em termos geográficos, sendo esta questão determinante na delimitação de zonas. Assim encontram-se os serviços camarários recolher e tratar informação de diferentes entidades para ponderar na delimitação de zonas de pressão urbanística.

Reunião de

18 OUT. 2019

Doctº Agendado com o

Nº 6



1. **Manter em 0,33%** a taxa relativa aos prédios urbanos contemplados na alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI;
2. **Elevar ao triplo** a taxa prevista no número anterior nos casos de prédios urbanos que se encontrem:
 - a) em ruínas, nos termos da metodologia constante no anexo I;
 - b) devolutos há mais de um ano como tal definido em diploma próprio;
 - c) parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas.
3. Nos termos e para os efeitos dos nºs 8 e 14 do art.º 112º do mesmo Diploma, uma **majoração até 30%** sobre a taxa aplicável a prédios urbanos **degradados**, nos termos da metodologia constante no anexo I que determina os seguintes níveis de majoração:
 - a) Avaliação inferior ou igual a 0,5: sem lugar a majoração;
 - b) Avaliação superior a 0,5 e inferior ou igual a 1: majoração 10%;
 - c) Avaliação superior a 1 e inferior ou igual a 2: majoração 20%;
 - d) Avaliação superior a 2: majoração de 30%.
4. Nos termos do n.º 12 do artigo 112.º do diploma, **reduzir em 50% da taxa** a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou de património cultural, nos termos da legislação em vigor,

Reunião de

18 OUT. 2019

Docº Agendado com o
Nº 6

desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do EBF;

5. Nos termos do artigo 44º- B do EBF:

5.1. reduzir em 25% a taxa do imposto municipal sobre imóveis a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética, nos seguintes casos:

- a) Quando tenha sido atribuída ao prédio uma classe energética igual ou superior a A, nos termos do disposto no Decreto Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto;
- b) Quando, em resultado da execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação e conservação de edifícios, a classe energética atribuída ao prédio seja superior, em pelo menos duas classes, face à classe energética anteriormente certificada; ou
- c) Quando o prédio aproveite águas residuais tratadas ou águas pluviais, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do ambiente.

5.2. reduzir em 50% a taxa do imposto municipal sobre imóveis, a aplicar aos prédios rústicos integrados em áreas classificadas que proporcionem serviços de ecossistema não apropriáveis pelo mercado, desde que sejam reconhecidos como tal pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;

Reunião de

18 OUT. 2019

Docº Agendado com o
Nº 6

6. Não sejam atribuídos benefícios fiscais, ao nível do IMI, a titulares com dívidas ao Município de Sintra.

Paços do Concelho de Sintra,

15/11/01

de 2019

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



(Basílio Horta)

Reunião de

18 OUT. 2019

Ordº Agendado com o
Nº 6



ANEXO I

Metodologia para aplicação do n.º 3 e 8 do art.º 112 do CIMI

CONTEXTO:

A qualificação do território, nomeadamente o espaço urbano enquanto suporte das principais atividades humanas, concorre diretamente para a qualidade de vida da população e espelha parte da matriz de desenvolvimento socioeconómico, ambiental e cultural de uma região.

Neste quadro, é estabelecido entre os objetivos da gestão territorial da lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, a promoção *“da acessibilidade de todos os cidadãos aos edifícios, bem como aos espaços públicos e de uso coletivo”*, bem como o dever dos proprietários de *“manter as edificações existentes em boas condições de utilização, realizando as obras de conservação ou de outra natureza que se revelem indispensáveis a essa finalidade.”*

Também o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território estabelece a medida de *“Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício”*, com o objetivo operacional de *“incrementar a regeneração de áreas urbanas obsoletas, a reabilitação do edificado e do espaço público com valor patrimonial e a reutilização de espaços edificados para novos fins”*, aliado à recuperação de passivos ambientais. Relevando ainda a medida *“Valorizar o território através da paisagem”*, o objetivo operacional da promoção da *“recuperação e a diversidade paisagística, a reutilização e a reabilitação do património edificado abandonado ou degradado”*.

Em Sintra, o modelo de desenvolvimento territorial aprovado, em 2015, pela Assembleia Municipal, estabeleceu, entre os eixos estratégicos, a *“Preservação*

Reunião de

18 OUT. 2019

Docº Agendado com o
Nº 6

e valorização do Património e da Identidade” e a “Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida”, em que a reabilitação urbana desempenha papel fundamental para a valorização das centralidades, do património e ambiente.

Foi desenhada a política municipal de cidade, também como fator de fomento das identidades locais e defesa do património comum, operacionalizada pela delimitação de áreas de reabilitação urbana, cuja escala de planeamento permite a definição de prioridades de investimento atentas as maiores repercussões coletivas, e concretização de projetos de requalificação de espaço público, acrescendo ainda conjugação de medidas de política fiscal com a concessão de benefícios fiscais, a redução e isenção de taxas municipais, entre outros incentivos ao investimento privado que concorra para os objetivos estratégicos.

É reconhecido que a reabilitação urbana associa a requalificação do espaço público e a valorização do parque edificado na valorização da malha urbana e contribui para a qualidade de vida das populações, onde a conjugação de diferentes instrumentos que alinhem numa política coerente, cria condições para a prossecução dos objetivos enunciados.

Neste contexto, a falta da manutenção e forte deterioração do parque edificado prejudica ou impossibilita a capacidade dos imóveis em desempenhar as funções sociais para as quais foram erigidos, ou funções que possam vir a acolher em operações de regeneração, contribui para a desvalorização do valor patrimonial dos próprios imóveis, tendo ainda implicações negativas nas áreas envolventes.

O Código do Imposto sobre os Imóveis define instrumentos penalizadores da deterioração dos imóveis, nomeadamente os em ruína, devolutos e degradados, em que o Município pode aplicar o agravamento da taxa de IMI nas seguintes condições:

- “são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como

Reunião de

18 OUT, 2019

Docº Agendado com o

Nº 6

tal definidos em diploma próprio; e prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas” (n.º 3, art.º 112º do CIMI com a redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro);

- “majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens” (n.º 8, art.º 112º do CIMI).

CONCEITOS:

Edifício em ruína: para o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20/08, trata-se de edifício existente com tal degradação da sua envolvente que fica prejudicada, total ou parcialmente, a sua utilização para o fim a que se destina; para o Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 235/83, de 31/05, ruína é um estado limite a partir do qual se considera que a estrutura fica prejudicada total ou parcialmente na sua capacidade para desempenhar as funções que lhe são atribuídas.

Edifício devoluto: tal como estabelecido no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto republicado pelo Decreto-Lei n.º 67/2019 de 21 de maio.

Edifício degradado: a avaliação do estado do prédio ou fração autónoma como degradado, nos termos do número 8 do artigo 112.º do CIMI, depende da aplicação de ficha, cujo modelo se junta, por técnicos das áreas científicas da arquitetura e engenharia, nomeados no âmbito de Comissão constituída por despacho do Senhor Presidente.

Reunião de

18 OUT. 2019

Docº Agendado com o
Nº 6

METODOLOGIA:

Quanto a prédios urbanos Devolutos:

Metodologia procedimental estabelecida no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto republicado pelo Decreto-Lei n.º 67/2019 de 21 de maio

Quanto a prédios urbanos em Ruína ou Degradados:

1.º - O Município identifica anualmente prédios em ruína ou degradados, efetuando a sua avaliação nos termos determinados na ficha de avaliação anexa.

2.º - O Município notifica o proprietário de prédio em ruína, ou degradado, para o seu domicílio fiscal, para a realização de obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança ou de salubridade, ou melhoria do arranjo estético, impondo-se a obrigatoriedade de informar o Município, aquando da conclusão das obras que permitem a eliminação das condições que levaram à atribuição de majoração de taxa de IMI.

3.º - Na falta de comunicação, até 30 de novembro do exercício em que ocorre a notificação, da concretização das obras, é efetuada a transmissão de dados do artigo matricial em causa, no portal da Autoridade Tributária, para efeitos de majoração a 200%, no caso de ruínas para prédios considerados degradados, nos termos identificados na ficha anexa e que determina os seguintes níveis de majoração:

- Avaliação inferior ou igual a 0,5: sem lugar a majoração;
- Avaliação superior a 0,5 e inferior ou igual a 1: majoração 10%;
- Avaliação superior a 1 e inferior ou igual a 2: majoração 20%;
- Avaliação superior a 2: majoração de 30%.

Reunião de

18 OUT, 2019

Docº Agendado com o
Nº 6



Ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios
(Aplicação do n.º 3 e 8 do Art.º 112 do CIMI)

N.º da Ficha _____

A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av./Pc.: _____
Número: _____ Andar: _____ Localidade: _____ Código Postal: _____
Distrito: _____ Concelho: _____ Freguesia: _____
Artigo matricial: _____ Fração: _____ Código SIG: _____

B. CARACTERIZAÇÃO

N.º de pisos do edifício	N.º de unidades do edifício	Época de construção	Tipologia Estrutural	N.º de divisões da unidade	Uso da unidade
_____	_____	_____	_____	_____	_____

C. EDIFÍCIO DEGRADADO

C.1. ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

	Ligeiras (1)	Médias (2)	Graves (3)	Não se aplica	Pontuação
1. Fator dos aspetos de arranjo exterior					
1.1 Estrutura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
1.2 Cobertura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
1.3 Elementos salientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
1.4 Paredes exteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
1.5 Caixilharia e portas exteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
2. Condições de segurança					
2.1 Estrutura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
2.2 Cobertura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
2.3 Elementos salientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
2.4 Paredes exteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____
2.5 Caixilharia e portas exteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	_____

C.2. CLASSIFICAÇÃO

(1) Pontuação atribuída ao Fator dos aspetos de arranjo exterior

(2) Pontuação atribuída às Condições de segurança

Reunião de

18 OUT. 2019

C.3. CLASSIFICAÇÃO FINAL $[0,5 \cdot (1) + 0,5 \cdot (2)]$

Doctº Agendado com o

Nº 6

D. EDIFÍCIO EM RUÍNA

☐

E. OBSERVAÇÕES

G. TÉCNICOS

COMISSÃO DE VISTORIAS
Técnicos Responsáveis:

_____	_____	_____
Téc. Superior	Téc. Superior	Téc. Superior

Data de emissão: ____/____/____

NOTAS:

Classificação atribuída em C.2. corresponde à média simples da pontuação das anomalias (1=ligeiras; 2=médias; 3=graves) atribuída a cada elemento, arredondada a duas casas decimais

A determinação dos níveis de anomalias em ligeiras, médias e graves tem por base o método de avaliação do estado de conservação de imóveis (MAEC), concebido no quadro do novo regime de arrendamento urbano (NRAU)

FASES / TRAMITAÇÃO		DESCRIÇÃO
Identificação de prédios/frações em ruína, devolutos ou degradados		<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento efetuado pela Comissão, com prioridade para as áreas de reabilitação urbana - Levantamento efetuado pela DHSC e pela DPMF, no âmbito dos pedidos de vistoria de segurança e salubridade dos prédios
Identificação da morada fiscal do prédio/fração a majorar		<ul style="list-style-type: none"> - Remeter para o DAF email com o n.º de policia do prédio/fração a majorar - DAF devolve por e-mail com n.º da matriz, nome do/A proprietário/a e morada fiscal do mesmo - DAF inscrevem em base de dados, potencial artigo a majorar
Avaliação do nível de conservação do prédio/fração, nos termos da ficha aprovada para o efeito		- A efetuar pela Comissão constituída para o efeito, com coordenação da DRUR, na base de dados e em WEBSIG, para prédios identificados por esta unidade orgânica
Notificação do/a proprietário/a, em sede de audiência de interessados, sobre a classificação do imóvel e possível majoração da taxa de IMI		- A efetuar pela DRUR, sendo preenchida através da base de dados
SIT A) O/A proprietário/a não se pronuncia	SIT B) O/A proprietário/a pronuncia-se e reclama da classificação	<ul style="list-style-type: none"> - No caso da SIT A) a DRUR elabora proposta para majoração - No caso da SIT B) a DRUR remete para a Comissão avaliação e repete o ciclo. Verificando não haver nenhum lapso, notifica pela segunda vez o/a proprietário(a) quanto à confirmação da majoração a aplicar, caso não sejam efetuadas obras até 30/novembro do mesmo exercício
Comunicações posteriores do(a) proprietário(a):		
SIT A) O/A proprietário/a comunica a realização das obras até 30/novembro do mesmo exercício, as quais se confirmam	SIT B) O/A proprietário/a não comunica a realização das obras até 30/novembro do mesmo exercício	<ul style="list-style-type: none"> - No caso da SIT A) a Comissão dirige-se ao local e confirma as obras realizadas, preenchendo na base de dados campo relativo a "obra concluída" - No caso da SIT B) o DAF introduz no portal da AT os dados do artigo matricial a majorar
SIT C) O/A proprietário/a comunica a realização das obras até 30/novembro do mesmo exercício, mas esta comunicação é fraudulenta ou não corresponde aos trabalhos identificados		- No caso da SIT C) a Comissão dirige-se ao local e não confirma as obras realizadas total ou parcialmente, preenchendo na base de dados e em WEBSIG campo relativo a "obra por executar" ou "obra parcialmente executada"; o DAF mantém no portal da AT os dados do artigo matricial a majorar
REPETIÇÃO DO CICLO		

Reunião de

18 OUT. 2019

Docº Agendado com o
Nº 6

N.º SM 42479/2019
Sintra, 10-10-2019 15:59:42

Assunto: Proposta IMI 2020

A consideração da Exma. Senhora Vereadora, Dr.ª Piedade Mendes, solicitando o agendamento para reunião do Executivo Camarário.

SUSANA CAETANO
DE SOUSA

Digitally Signed by SUSANA CAETANO DE SOUSA
DN: cn=SUSANA CAETANO DE SOUSA,
SERIALNUMBER=0103060003, o=SUSANA,
sn=CAETANO DE SOUSA, ou=Cidadão
Português, ou=Assinatura Qualificada do Cidadão,
c=Câmara de Cidadão, C=PT
Reason: Patercer
Date: 2019-10-10T15:09:45

Exm.º Senhor Presidente
Solicito o agendamento da presente proposta para a reunião do executivo.

[Assinatura Qualificada]
MARIA DA PIEDADE DE
MATOS PATO MENDES

Digitally Signed by [Assinatura Qualificada] MARIA DA PIEDADE DE
MATOS PATO MENDES
DN: cn=[Assinatura Qualificada] MARIA DA PIEDADE DE MATOS
PATO MENDES, SERIALNUMBER=0016600010, o=MARIA DA
PIEDADE DE MATOS PATO MENDES, s="VEREADORA",
email=dpato@cmcasal.pt, cn=Assinatura Qualificada do Cidadão
Português, ou=Câmara de Cidadão, c=PT
Reason: Patercer
Date: 2019-10-10T15:19:15

Reunião de

18 OUT. 2019

Doc.º Agendado com o
N.º 6